



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**Agravo de Instrumento nº 0169962-1**

**Agravante:** Distrito Estadual de Fernando de Noronha

**Agravado:** Karla Maria Rocha Lima.

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

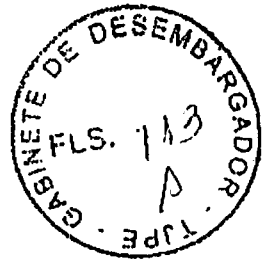
5526

**EMENTA:** ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INGRESSO E PERMANÊNCIA DA AGRAVANTE NO DISTRITO ESTADUAL DE FERNANDO DE NORONHA. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO CONJUGAL. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. PROTEÇÃO E GARANTIA À FAMÍLIA. ART. 1º. INCISO III DA CF/88. AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1 - Estar consubstanciado, diante das provas colacionadas aos autos como Certidão de Casamento do Sr. Luciano Rodrigues de Lima, que atesta ser ele natural da Ilha, e pai do Sr. Luciano Rodrigues de Lima Júnior, esposo da agravada, (Fls. 30/36); que a agravada trabalhava como apresentam os mesmos autos, que a ocupação da agravada no arquipélago foi exercida sobre a autorização da administração local, e que esta mesma administração pública deixou fluir anos admitindo a permanência da mesma na localização.

2 - A Administração Pública goza de supremacia sobre os direitos individuais, entretanto, isto não significa dizer que sempre, em qualquer situação ou forma, o interesse público vai prevalecer sobre o privado, pois a Carta Magna assegura os direitos fundamentais de cada cidadão. E estes direitos fundamentais revestem os indivíduos-cidadãos de garantias para protegê-los de possíveis excessos, principalmente a célula familiar.

3 - A família teve o reconhecimento do legislador constituinte como base da sociedade, e a sua importância na formação das pessoas mereceu todo o aparato jurídico estatal, formado por normas e princípios, tais como: princípio do respeito à dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III da CF/88); princípio da igualdade jurídica dos



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

cônjuges e companheiros; princípio da igualdade jurídica de todos os filhos; princípio da paternidade responsável e planejamento familiar; princípio do pluralismo familiar ou da liberdade de constituição de uma comunhão de vida familiar.

4 - No caso em tela, em se tratando de uma família estruturada e constituída de relação familiar nativa, levando em consideração que os mesmos já mantêm toda uma relação afetiva enraizada no arquipélago, os quais se encontram estabelecidos por décadas, no caso dos pais do Sr. Luciano Rodrigues, esposo da agravada.

5 - Agravo de Instrumento improvido.

6 - Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo de Instrumento nº 0169962-1, em que figuram como agravante Distrito Estadual de Fernando de Noronha e como agravado Karla Maria Rocha Lima.

Acordam os Desembargadores que integram a Oitava Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade, em conhecerem do Agravo de Instrumento acima descrito, para negarem provimento ao mesmo, mantendo a decisão recorrida, tudo na conformidade dos votos e do relatório proferidos neste julgamento.

Recife, 02 de fevereiro de 2010.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**Agravo de Instrumento nº 0169962-1**

**Agravante:** Distrito Estadual de Fernando de Noronha

**Agravado:** Karla Maria Rocha Lima.

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

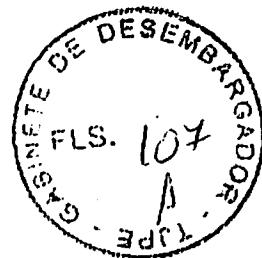
**RELATÓRIO**

Cuida-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo, em face de decisão proferida pelo Juízo de Direito da 26ª Vara Cível da Capital, Jurisdição no Distrito estadual Arquipélago Fernando de Noronha, que nos autos do Mandado de Segurança de nº 001.2008.015372-1, deferiu pleito liminar, determinando "a autoridade coatora que se abstenha de qualquer medida de remoção compulsória da promovente da Ilha de Fernando de Noronha e, nessa linha e limites, isentando-a, enquanto isso, da cobrança da Taxa de Preservação Ambiental". (fls. 41).

O abstraído dos autos avisam que a agravada encontra-se no Distrito de Fernando de Noronha de forma ilegal, pois a mesma perdeu o vínculo empregatício e assim, de acordo com o art. 91 da Lei Orgânica do Distrito Estadual de Fernando de Noronha, criado pela Lei Estadual nº 11.304/95, estão submetidos a legislação específica, instituída com base nas peculiaridades ecológicas, nas limitações de sua superfície e na disponibilidade dos serviços de infra-estrutura da região, todos os moradores daquele Distrito, sejam eles moradores permanentes ou temporários.

A agravada, por sua vez, aduz que ingressou na Ilha há aproximadamente 06 (seis) anos, obtendo permissão para permanecer no arquipélago em virtude de exercer atividade remunerada, (empregada doméstica), do qual pediu demissão, e permaneceu residindo no arquipélago por ter casado com o Sr. Luciano Souza Lima Júnior, sendo este filho de pai nascido e falecido no arquipélago, onde residem seus familiares, (tios, sobrinhos, etc).

O representante Ministério Público com assento nesta Câmara Cível, às folhas 102/103, opinou pelo improvimento do presente agravo de instrumento.



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**

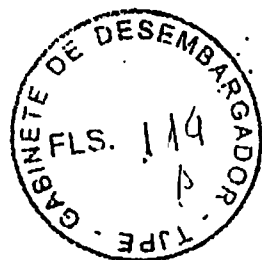
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

Eis em síntese, o abstraído do encadernado processual.

Inclua-se em pauta.

Recife, 13 de janeiro de 2010.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**Agravo de Instrumento nº 0169962-1**

**Agravante:** Distrito Estadual de Fernando de Noronha

**Agravado:** Karla Maria Rocha Lima.

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**VOTO**

Estar consubstanciado, diante das provas colacionadas aos autos como Certidão de Casamento do Sr. Luciano Rodrigues de Lima, que atesta ser ele natural da Ilha, e pai do Sr. Luciano Rodrigues de Lima Júnior, esposo da agravada, (Fls. 30/36); que a agravada trabalhava como apresentam os mesmos autos, que a ocupação da agravada no arquipélago foi exercida sobre a autorização da administração local, e que esta mesma administração pública deixou fluir anos admitindo a permanência da mesma na localização.

No sistema administrativo há dois princípios basilares que regem o direito administrativo, quais sejam: os princípios da supremacia do interesse público em detrimento do interesse privado e o princípio da indisponibilidade pelo administrador do interesse público.

O primeiro pacifica o conflito entre o interesse público e o interesse particular, ou seja, o interesse público tem sempre prevalência sobre o particular, pois é o bem comum que é sempre almejado pelo ente administrador da *res publica*.

O segundo princípio coloca o administrador em posição de supremacia porque é o guardião do interesse público.

Entretanto, isto não significa dizer que sempre, em qualquer situação ou forma, o interesse público vai prevalecer sobre o privado, pois a Carta Magna assegura os direitos fundamentais de cada cidadão. E estes direitos fundamentais revestem os indivíduos-cidadãos de garantias para protegê-los de possíveis excessos, principalmente a célula familiar.



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

Vê-se que o conceito de família foi largamente ampliado pela carta Magna de 1988, visto que, para efeito de proteção pelo Estado, foi reconhecida como entidade familiar também a união estável entre o homem e a mulher, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

Segundo Alexandre de Moraes, "A família é a base da sociedade e, constitucional e legalmente, tem especial proteção do Estado". E ainda: "A Constituição Federal garantiu ampla proteção à família, definindo três espécies de entidades familiares: 1) a constituída pelo casamento civil ou religioso com efeitos civis (CF, art. 226, §§ 1º e 2º); 2) a constituída pela união estável entre o homem e a mulher devendo a lei facilitar sua conversão em casamento (CF, art. 226, § 3º); 3) a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes (CF, art. 226, § 4º)".<sup>1</sup>

Logo, é d e s e concluir que a família foi reconhecida como base da sociedade e recebe proteção do Estado, nos termos dos artigos 226 e seguintes.

A família como formação social, na visão de Pietro Perlingieri<sup>2</sup>, é garantida pela Constituição não por ser portadora de um direito superior ou superindividual, mas por ser o local ou instituição onde se forma a pessoa humana.

*"A família é valor constitucionalmente garantido nos limites de sua conformação e de não contradição aos valores que caracterizam as relações civis, especialmente a dignidade humana: ainda que diversas possam ser as suas modalidades de organização, ela é finalizada à educação e à promoção daqueles que a ela pertencem.*

*O merecimento de tutela da família não diz respeito exclusivamente às relações de sangue, mas, sobretudo, àquelas afetivas, que se traduzem em uma comunhão espiritual e de vida."*

<sup>1</sup> MORAIS, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 14ª ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 682.

<sup>2</sup> PERLINGIERI, Pietro. *Perfis do Direito Civil*. Tradução de Maria Cristina De Cicco. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002, p. 243.



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

A família teve o reconhecimento do legislador constituinte como base da sociedade, e a sua importância na formação das pessoas mereceu todo o aparato jurídico estatal, formado por normas e princípios, tais como: princípio do respeito à dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III da CF/88); princípio da igualdade jurídica dos cônjuges e companheiros; princípio da igualdade jurídica de todos os filhos; princípio da paternidade responsável e planejamento familiar; princípio do pluralismo familiar ou da liberdade de constituição de uma comunhão de vida familiar.

No caso em tela, em se tratando de uma família estruturada e constituída de relação familiar nativa, levando em consideração que os mesmos já mantêm toda uma relação afetiva enraizada no arquipélago, os quais se encontram estabelecidos por décadas, no caso dos pais do Sr. Luciano Rodrigues, esposo da agravada, comungo do entendimento do juízo *a quo*, em todos os seus termos, quando concedeu a liminar no *mandamus*, deferindo a permanência da agravada no arquipélago.

Assim, em face do exposto, voto no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao presente recurso, para manter incólume a decisão anteriormente proferida.

É como voto.

Recife, 28 de 04 de 2010.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães.**  
**Relator**